

FEMINISMO E EDUCAÇÃO: COMO SE DA A COLABORAÇÃO PARA QUE HAJA EVOLUÇÃO COLETIVA?

Karyna Régia Teles Alves¹

Deiziane Lima Cavalcante²

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo compreender de que forma o movimento feminista age de maneira positiva para a evolução do sistema educacional brasileiro. Baseando-se no contexto histórico nacional, o estudo faz uma análise da evolução feminina no âmbito educacional e como isto influenciou a evolução do atual sistema educacional brasileiro. A opressão que as mulheres sofrem desde o princípio causou inquietação suficiente para que fosse desenvolvida esta pesquisa, pois a influência feminina dentro dos diversos setores que compõem a sociedade brasileira foi extremamente importante, principalmente no da educação. Desta forma, tendo em vista que, apesar de as mulheres conquistarem o direito de frequentar as escolas e se posicionar diante as determinações impostas pelos homens na sociedade, afirma-se que a luta feminina ainda não acabou e ganha cada vez mais força dentro da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Feminismo. Educação. Sociedade brasileira.

FEMINISM AND EDUCATION: HOW IT DOES THE COLLABORATION FOR COLLECTIVE EVOLUTION?

ABSTRACT

The article aimed to comprehend how women's movement act in a positive way to the evolution of the brasilian educational system. Based on the nacional context, the study makes an analysis of female evolution in the learning enviroment. The oppression women's suffer since the beginning caused enough worries for developing this research, because female influence among different groups inside brasilian society was extremely important, especially in education one. In this way, taking into consideration that, although women have earned the right of study and take a stand about commitments made by men in society, it states that female's fight it is not over yet and has gained increasing strength inside brasilian society.

Keywords: Women's movement. Education. Brazilian society

INTRODUÇÃO

De início, pontua-se que o interesse pelo estudo surge a partir de ocorrências e atos de violência com mulheres, que presenciamos na cidade em que moramos, ou seja, no Município de Itapipoca localizado no Estado do Ceará. Partindo desse pressuposto, vem à tona

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). karynatelesalves@gmail.com;

² Professora orientadora: Deiziane Lima Cavalcante: docente substituta na Universidade Estadual do Ceará (UECE). deiziane.lima@gmail.com.

uma série de questionamentos dentre eles enfatizamos a questão do feminismo articulado à educação, ou melhor, tomando referência a estes relatos de crimes cometidos com mulheres, intuindo um maior entendimento, foi necessário procurar entender o que é o movimento feminista? Qual sua base? E quais suas finalidades? E principalmente que vantagens o movimento feminista favorece ao âmbito educacional?

Acerca disso, por meio de um levantamento bibliográfico, buscou-se compreender de que forma o movimento feminista age de maneira positiva para a evolução do sistema educacional brasileiro. Durante o decorrer histórico pudemos ver a influência do feminismo em diversos setores e consideramos extremamente importante analisar como esse processo se deu dentro da educação, apesar de até hoje haver adversidades.

A intensificação da luta feminina por espaço na sociedade foi um processo lento e diretamente ligado à educação, pois ao conquistarem o direito de frequentar as escolas, puderam analisar, compreender e se posicionar diante as determinações impostas pelos homens na sociedade. As mulheres

[...] Através da educação, alcançariam a liberdade, os direitos sociais e políticos, a profissionalização e até o poder econômico que proporcionaria uma relativa autonomia, dentro dos limites que a vida social urbanizada impunha ao sexo feminino.
[...] (ALMEIDA, 2000, p. 7).

Ao longo do contexto histórico brasileiro houve forte repressão aos ideais femininos e, através de muita luta atrelada ao processo educacional, o movimento feminista ganhou cada vez mais força. Em seu auge, na década de 1970, foram conquistados direitos anteriormente considerados piada dentro da sociedade patriarcal. “[...] O movimento feminista denuncia a manipulação do corpo da mulher e a violência a que é submetido, tanto aquela que se atualiza na agressão física [...] quanto a que o coisifica enquanto objeto de consumo. [...]” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 60). É importante buscar compreender os acontecimentos passados e analisar a evolução histórica. Todavia, não se faz história sem educação, pois esta é o pilar principal da sociedade e, de uma forma ou de outra, tudo está ligado à educação.

Deste modo, o trabalho está organizado da seguinte forma: introdução, sendo concluída com esse parágrafo; a metodologia, que apresenta como coletamos e sistematizamos as informações aqui contidas e que será apresentada posteriormente; Fundamentação, seção imediatamente a seguir, onde trazemos o ponto de vista de diferentes autores sobre o feminismo e sua relação para e com a educação;. Depois disso, há uma seção que apresenta os resultados e discussões que tivemos diante da observação empírica e análise dos posicionamentos dos

autores expostos na fundamentação teórica. Por fim, apresentamos as nossas conclusões com o estudo que desenvolvemos e as referências utilizadas ao longo do mesmo.

METODOLOGIA

Durante os meses de maio a junho do ano de 2019, foram aflorando inquietações acerca da temática feminismo e educação, estimulando uma pesquisa de caráter qualitativo, à qual foi aprofundada a partir da leitura de teorias já produzidas e estudos realizados por autores fluentes na área, assim foi possível estabelecer e produzir ideias com os saberes que foram construídos de acordo com a singularidade dos dois temas sendo possível estabelecer a relação de ambos e a importância disso.

A partir disso, destaca-se os autores: Branca Moreira Alves, Fabiano Pries Devide, Glaura Vasques de Miranda, Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, questões Étnicorraciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS), Jane Soares de Almeida, Jacqueline Pitanguy, Rosemaria J. Vieira Silva e Washington Dener dos Santos Cunha ao discorrer sobre suas principais teorias foi possível tomar conhecimento da questão investigada contribuindo significativamente para e com o objetivo da pesquisa que é compreender de que forma o movimento feminista age de maneira positiva para a evolução do sistema educacional brasileiro.

Desta forma, utilizando a pesquisa bibliográfica como procedimento de coleta de dados, foi possível observar a forte ligação entre feminismo e educação, abordando o processo lento que as mulheres conquistaram seu espaço na sociedade principalmente pela forte influência machista e dúvidas estabelecidas quanto a capacidade da mulher em exercer as mesmas funções que o homem.

FEMINISMO E EDUCAÇÃO

Analisando estudos anteriores, observamos que na comunidade primitiva não era estabelecida diferença entre homem e mulher, todos eram iguais e o aprendizado acontecia de maneira espontânea. Na Gália e na Germânia, ambas sociedades tribais, não havia o controle de um sexo sobre o outro, tendo, assim, as mulheres espaço pra participar das tomadas de decisões e possibilidade para realizar as atividades que desejassem.

Porém, em um dado momento, esta sociedade foi, aos poucos, se dividindo em classes, sendo estabelecidas relações interpessoais de hierarquia, especialmente homem vs. mulher. Na Grécia a mulher estava numa posição semelhante à dos escravos, não tendo acesso

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

algum à educação. Apenas os homens eram livres e a única educação recebida pelas mulheres era a doméstica.

Em Roma, “[...] no ano 195 d.c., mulheres dirigiam-se ao Senado Romano protestando contra a sua exclusão do uso de transportes públicos – privilégio masculino – e a obrigatoriedade de se locomoverem a pé. [...]” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 14). Quanto a educação referente à civilização romana, esta era responsabilidade da mãe até os sete anos. A partir desta idade, o pai assumia o controle da educação do filho, ensinando-o princípios que o ajudava a evoluir mental e espiritualmente. Já a filha permanecia nos cuidados da mãe, aprendendo e participando dos trabalhos domésticos até o casamento.

Com o passar do tempo houve uma conquista relativa a responsabilidade pelos negócios da família. Todavia, isso apenas acontecia caso o homem se afastasse para a guerra ou se ela fosse viúva há um determinado tempo no período da Idade Média. “No campo da educação, embora minoritariamente, há registros de mulheres freqüentando universidades. [...] Em Frankfurt, no século XIV, quinze mulheres estudaram medicina e exerceram a profissão [...]” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 18). Uma característica muito marcante desse período foi a ação denominada *caça às bruxas*, pois as mulheres que possuíam determinados conhecimentos, que lhe davam espaço de atuação igual ou superior ao masculino, eram consideradas bruxas. Segundo a filosofia de Igreja Católica a mulher deveria ser prestativa e obediente como Maria e não estava apta, como Eva, a tomar decisões.

Segundo Alves e Pitanguy (1985), conforme ordens do Bispo, a cidade de Genebra, no ano 1515, queimou em três meses 500 mulheres; na Alemanha, o Bispado Bamberg queimou de uma só vez 600 mulheres e o de Wurtzburgo 900 mulheres. No campo educacional não há registros de mulheres em universidades até meados do século XIX, pois as filhas dos nobres eram educadas em casa pela mãe e, quando atingiam a idade, passavam a morar com uma família estranha, aprendendo os serviços domésticos e permanecendo recolhidas até o casamento.

EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL

No território brasileiro, durante 300 anos (1500 - 1827) a educação era permitida apenas para os homens, sendo as mulheres completamente excluídas. Após este período, através da lei de 15 de outubro de 1827, a única opção de estudo para as mulheres eram os conventos, que na verdade, eram utilizados como prisões para filhas mais jovens de pessoas influentes. A violência feminina era abafada pela bela imagem projetada do ambiente doméstico. De acordo com Goellner (2005, p. 207 *apud* DEVIDE *et al*, 2011, p. 93) afirma que:

O termo gênero desestabiliza (...) a noção de existência de um determinismo biológico cuja noção primeira afirma que homens e mulheres constroem-se masculinos e femininos pelas diferenças corporais e que essas diferenças justificam (...) desigualdades, atribuem funções sociais e determinam papéis a serem desempenhados por um ou outro sexo (p. 207).

No século XIX os colégios destinados às mulheres eram particulares e, por isso, apenas pessoas ricas tinham acesso. O movimento feminista se construiu a partir de derrotas, resistência e conquistaram seu espaço em diversos setores da sociedade, como o educacional, político etc. As mulheres fizeram sua voz ser ouvida e tornaram o feminismo um movimento vivo. Por intermédio da educação alcançaram liberdade e espaço de atuação. O movimento feminista foi responsável por grandes mudanças na educação, que serão aprofundadas mais à frente.

EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL COLÔNIA (1500 - 1808)

A educação jesuítica surgiu durante a época do Brasil Colônia como forma de instruir aos índios princípios da moral cristã. Neste período havia um forte relacionamento entre Igreja e Estado, de modo que, enquanto a Igreja tinha domínio de tudo, o Estado elaborava leis que permitiam o mantimento da moral cristã. Sendo assim, eram considerados os padres jesuítas os principais responsáveis pela educação das pessoas, recebendo atenção especial o público masculino, filhos da elite colonial interessados em seguir a carreira religiosa.

Após algum tempo perceberam que também deveriam ser evangelizados os índios, porém as mulheres, independente de cor, raça e/ou classe social, eram completamente excluídas, pois, segundo a tradição ibérica portuguesa, a mulher, por ser inferior ao homem, não precisava aprender a ler e escrever. Através da intervenção de Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, mais ou menos entre 1750 e 1777, os jesuítas foram expulsos do território brasileiro e ele implementou uma nova reforma educacional, permitindo que as mulheres obtivessem acesso (mesmo que pequeno) aos estudos. É evidente que nesta época “[...] das mulheres se esperava que em vez de inteligência tivessem alma [...]” (ALMEIDA, 2000, p. 7).

EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL IMPÉRIO (1808 - 1889)

Posteriormente a intervenção do Marquês de Pombal, chega no Brasil a Família Real portuguesa, exigindo um aumento na demanda educacional, pois esta recebeu novos olhares a partir do momento que foi colocada como mediadora da evolução social da elite. Nesta época havia

“[...] ausência de registros oficiais sobre a educação [...] os arquivos que existem já são conhecidamente imprecisos e marcados pela generalização convencional do masculino, dificultando a identificação do número de alunos do sexo feminino.” (CUNHA; SILVA, 2010, p. 98)

A exclusão escolar feminina do Brasil colonial permaneceu durante boa parte do Império. Todavia, o sistema educacional deveria atender às necessidades de maioria da elite e, com isso, preocupavam-se em incluir as mulheres. Tinha um pequeno número de escolas e pouca procura, pois a população mais pobre não demonstrava interesse pela leitura e escrita “[...] a educação escolar era vista como elemento de segunda necessidade para os pais das meninas pobres – a preocupação fundamental era de que as meninas arrumassem um bom casamento. [...]” (CUNHA; SILVA, 2010, p. 100) e a maioria das moças ricas recebia educação em casa através de instrutores contratados. No ano de 1824 foi promulgada a primeira constituição brasileira, a Constituição Imperial de 1824, que colocou a introdução de colégios e universidades como direitos civis e políticos e tornou gratuito o ensino primário, mas o secundário ainda era privilégio da elite.

Apesar disso, foi somente com a lei 15 de outubro de 1827 que as escolas de primeiras letras foram oficializadas, mas a mulheres não tinham acesso às disciplinas consideradas racionais, tendo obrigação de aprender as artes do lar. Também não cursavam o ensino secundário, que preparava os homens para o ensino superior.

Quando obtido o direito de cursar o ensino superior e, posteriormente, trabalhar, as mulheres o faziam mediante um decreto com a permissão do pai ou do marido e estavam restritas ao magistério. A Lei Geral dizia que deveria haver igualdade salarial, porém as mulheres, por estudarem menos matérias que os homens, recebiam menos.

Somente por volta de 1870, a partir da fundação de escolas protestantes, foram reunidos em uma só sala meninos e meninas. Anteriormente eram mantidos separados para que sustentassem um comportamento honrado e para evitar contato entre os dois sexos, as aulas ocorriam em horários diferentes, dias alternados e prédios separados – mesmo sendo o mesmo curso. Apesar das evoluções femininas e educacionais, o dever da mulher permanecia sendo o matrimônio e o cuidado do lar, o governo em vigência pensava que

“[...]uma escola normatizada, veiculadora de uma instrução corretamente destinada ao sexo feminino e fornecida por uma instituição de mérito, não ofereceria muitos riscos de desviar as jovens e as meninas da sua verdadeira vocação, representada pelo casamento e maternidade. [...]” (ALMEIDA, 2000, p. 8).

EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL REPÚBLICA

Educação feminina na república velha (1889 - 1930)

A abolição da escravatura e a Proclamação da República, ambos acontecimentos que marcaram as últimas décadas do período imperial, trouxe para as pessoas entusiasmo no

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

que diz ao campo educacional. Logo nos primeiros anos foi proclamada uma nova constituição, a Constituição Republicana de 1891, que atribuiu ao Congresso Nacional responsabilidade sobre o ensino superior, podendo criar escolas superiores e secundárias nos Estados. No caso destes, receberam responsabilidade sobre os ensinos primário e secundário e o mantimento das escolas.

A pedagogia instituída no Império tinha um caráter humanista e, contraditoriamente, o período republicano impôs um olhar moderno que acreditava na educação como solução dos problemas sociais, pondo nela a responsabilidade de regeneração do homem. Para atingir estes objetivos, a educação tornou-se laica e foram incluídas no currículo escolar disciplinas voltadas para os campos científico, moral e cívico. Com isso o Estado encontra-se na obrigação de oferecer melhor formação para professores, fato que contribuiu para que as mulheres ingressassem em maior número nas escolas e pudessem exercer melhor a profissão de professora – a única aceita pela sociedade. Apesar desta inclusão, as pessoas ainda consideravam que as mulheres que buscavam melhores condições de estudo queriam ocupar o lugar do homem e serem como ele. O ambiente familiar ocultava a violência doméstica e a dificuldade de acesso das mulheres à educação e fazia com que muitas vezes fossem caladas.

“[...] os homens tornaram-se as maiores fontes de força de trabalho para o capital, enquanto as mulheres assumiram a responsabilidade total pela reprodução e manutenção doméstica dessa força de trabalho.” (MIRANDA, 1984, p. 208)

A preocupação com as mulheres continuava sendo a sua permanência dentro do ambiente doméstico. Poderiam elas estudar, desde que não abandonassem o lar e utilizassem o estudo em favor da servidão ao marido e aos filhos, pois o homem era a referência da família e o dever da mulher era satisfazê-lo para que a imagem fosse mantida. Para isso ela deveria aceitar as punições que lhe eram aplicadas por ele, pois, provavelmente, teriam um motivo justo.

Educação feminina na Era Vargas (1930 - 1945)

A segunda metade do século XX foi marcada pelas conquistas femininas, principalmente o direito ao voto, aumentando sua presença na educação, podendo estas atingir todos os níveis de formação e intensificar sua força de trabalho. Mas havia consenso sobre a educação feminina durante a Era Vargas? Este período da história brasileira foi marcado pela promulgação de leis que visavam convalidar a educação. A crença de que a educação era a solução para os problemas prevalecia e, com foco nisto, começou a ser discutido o Plano Nacional de Educação (PNE).

Em 1932, Francisco Campos, titular do Ministério de Negócios da Educação e Saúde Pública, promulgou prescrições sobre a organização do ensino secundário no Decreto nº

21.241, porém sem fazer menção ao ensino feminino. O PNE implantou para as meninas de 12 a 18 anos o ensino doméstico, que se dividia em ensino doméstico geral – cuja grade curricular incluía o ensino de trabalhos domésticos, português, moral familiar, noções de civilidade, matemática, ginástica, canto e puericultura –, ensino doméstico agrícola e ensino doméstico industrial – cujas grades eram as mesmas, porém voltadas para especificidades do campo e da indústria.

Durante a Era Vargas foi promulgada uma nova constituição, a Constituição Federal de 1934, cujo foco principal era a educação, colocando esta como direito de todos. Após a Primeira Guerra Mundial e a intensificação do capitalismo industrial, foram impostas novas exigências educacionais para todas as camadas sociais da população. A Reforma Capanema de Gustavo Capanema trouxe para a educação um olhar ampliado sobre as mulheres, todavia, devido a influência da Igreja Católica, o PNE estabelecia uma educação dualista: militar para os homens e doméstica para as mulheres. A legislação, por si mesma, fortalecia a necessidade do ensino dualista e que o lugar da mulher era no ambiente doméstico.

No período Populista, em 1961, foi publicada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), garantindo acesso igualitário a todos os cursos de grau médio, dando chances para as mulheres que exerciam o magistério prestarem vestibulares e aumentar sua presença na educação superior.

Educação feminina na Ditadura Militar (1964 - 1985)

O período correspondente à Ditadura Militar proporcionou grande crescimento para o sistema educacional. Cursos de pós-graduação para melhor formação de professores competentes avançaram a partir da aliança entre os militares e a tecnoburocracia. Os movimentos de luta por autonomia de direitos, contra diferenças sociais, exclusão de poder etc. foram características marcantes do período ditatorial.

Aqui o movimento feminista ganha força, questionando as raízes culturais das desigualdades, coloca o masculino e feminino e as relações de poder como uma invenção cultural. O incomôdo referente a estas questões surgiu, sobretudo, dentro do movimento estudantil, pois, até então, a participação política das mulheres era permitida com a intenção de reafirmar suas posturas de donas de casa.

“[...] A mulher educada era o esteio da família e o alicerce da pátria, a reprodutora da raça e formadora dos futuros cidadãos, premissas essas que vinham há algum tempo sendo exaltadas pelos republicanos desejosos de romper com a concepção educacional arcaica dos tempos da monarquia.” (ALMEIDA, 2000, p. 6).

A quebra desta visão conservadora da mulher desagradou os militares, pelo fato de os tirarem da sua zona de conforto, pois o masculino era sinônimo de poder e o feminino de

submissão. O movimento feminista ganhou força na década de 1970; pouco antes, em 1968 no Brasil, Heleieth Saffioti publicou *A Mulher na Sociedade de Classes*, fazendo uma análise da situação feminina dentro do sistema capitalista e retratando sua evolução histórica no território brasileiro.

O feminismo tornou-se um movimento de massas e vivo, graças à educação e esta evoluiu quando foram incluídas as mulheres. Durante a Ditadura, a maioria dos grupos de esquerda e extrema esquerda tinham à sua frente professoras ou mulheres com algum ensino superior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo dos anos as mulheres ganharam bastante espaço dentro da sociedade graças à expansão do movimento feminista. Este articulado à outros movimentos sociais, como os movimentos operário e estudantil, contribuiu, indubitavelmente, para o processo de redemocratização do país. No decorrer da década de 1970 as mulheres lutavam pelo direito dos filhos de acesso às creches, porém, em contrapartida, o governo demonstrava grande desinteresse.

Mediante estas condições surgiu, no final da referida década, o Movimento de Luta por Creches (MLC), que a partir de influências do movimento feminista veiculou reivindicações aos poderes públicos mostrando que eram necessárias mudanças imediatas neste setor. Em favor das reivindicações, no decorrer da década de 1980 foi promulgada a primeira proposta para uma política pública de educação de crianças de zero a três anos. Nela a educação infantil foi declarada dever do Estado, promovendo acessibilidade a todos os filhos da classe trabalhadora.

Posteriormente foi expedida a Constituição de 1988, que determinou a garantia de acesso à educação de crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas. No que diz relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA) também há certas dificuldades, pois muitas mulheres que frequentam ou desejam frequentar algum Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) são barradas pelos maridos, pois precisam fazer algum serviço para eles e, segundo alguns, não é necessário perder tempo estudando.

As conquistas femininas intensificadas no período da Ditadura Militar trouxeram para a vida das mulheres a devida proteção contra determinados atos. Na década de 1990 obteve-se forte influência das Organizações Não Governamentais (ONGs), que serviam como um local de apoio para as mulheres, dando possibilidade para serem ouvidas também as mulheres mais pobres. No século XXI notou-se forte repúdio à cultura do estupro, violência

contra mulheres, diversos tipos de assédio etc. Em favor disso foram criadas políticas públicas voltadas para a proteção feminina.

Outro ponto preocupante e atualmente alarmante são os extremos casos de violência, pois houve um grandioso aumento nos casos de feminicídio.

[...] A pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de segurança Pública sobre o perfil das mulheres vítimas de violência no Brasil, publicada neste ano de 2017, demonstra que 40% das mulheres acima de 16 anos sofreram algum tipo de assédio. Os casos mais graves constatados foram contra adolescentes e mulheres negras. A pesquisa evidencia também que, em 2016, cerca de 66% dos brasileiros alegam ter visto uma mulher ter sido assediada, e que, no mesmo ano, 503 mulheres foram vítimas de agressão física a casa hora. [...] (GTPCEGDS, 2017, p. 9).

De acordo com uma pesquisa exposta por GTPCEGDS², 2017 realizada através da coleta de informações da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República durante os dez meses de 2015 tendo como referência as denúncias feitas pelo 180 aponta que 86% dos casos de violência contra as mulheres são domésticos, das quais 67% dos agressores eram companheiro ou ex, conjuge ou ex, namorado ou ex e amante ou ex e 27% era alguém da família, vizinho, conhecido ou amigo. Os dados apontam que em 30% dos casos a violência começou de um até cinco anos de relação, 14% desde o início da relação e 56% em outras ocasiões. Das formas de violência praticadas, 50% foram violência física, 30% psicológica, 7% moral, 5% cárcere privado, 5% violência sexual, 2% violência patrimonial e 1% envolvia tráfico.

[...] No Brasil, por exemplo, o trabalho profissional da mulher concentra-se, majoritariamente, no setor da prestação de serviços. [...] ela cuida, serve, atende, ensina. [...] A esta demarcação de funções corresponde uma desvalorização de tarefas e uma diferenciação de níveis salariais entre homens e mulheres. [...] (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 64-65).

Porém, apesar de todas essas conquistas, as mulheres ainda enfrentam muitas dificuldades. Com a eleição de Dilma Vana Rousseff para o cargo de presidente da República notou-se grandes retrocessos na luta feminina. No atual ano, 2019, as mulheres ainda sofrem com inúmeras adversidades, como a desigualdade salarial. Dentro do mercado de trabalho, este, de certa forma, designou um “campo” específico de trabalho feminino.

As mulheres são as mais indicadas para os cargos de professor, atendente de telemarketing, enfermagem etc. Ou seja, em outras palavras, elas estão mais aptas para a prestação de serviços do que para trabalhos considerados mais elaborados ou que exijam determinado esforço braçal. Além disso, há muitos casos de mulheres que sofrem assédio moral dentro do ambiente de trabalho, tendo que ter algum tipo de relação amorosa com seu superior

² Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, questões Étnicorraciais, Gênero e Diversidade Sexual.

por ameaça de perder o emprego, recebem proibições para engravidar, e muitos outros casos não reportados. Mesmo que exerçam a mesma função, as mulheres ainda ganham 38% a menos e no caso de ser mulher negra este número diminui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do conteúdo apresentado concluímos que, no contexto nacional, a posição feminina foi e ainda é atacada diariamente. Por que? Aparentemente, muitos dos homens que estão no poder se sentem ameaçados pela figura feminina, pois o cérebro da mulher foi projetado para exercer diversas funções ao mesmo tempo, enquanto que não acontece o mesmo com os homens. A mulher tem a capacidade de cuidar do ambiente doméstico, filhos, animais de estimação, resolver questões referentes ao ambiente de trabalho em um período de 12 horas diárias. Frente à esta realidade, alguns homens que possuem um cargo importante veem a mulher como um adversário com mais habilidades que deve ser eliminado.

A violência feminina é um assunto sério que ainda não recebe a devida atenção das autoridades. Segundo dados apresentados no decorrer do trabalho, uma pesquisa realizada no ano de 2015 aponta números absurdamente altos de violência contra mulheres e tudo indica que estes números aumentaram mais ainda nos anos seguintes. A luta feminina não acabou, mas está ganhando cada vez mais força através da união com os movimentos estudantil, indígena, negro e LGBT. A resistência feminina se mostrou indubitavelmente importante para o processo educacional, trazendo conquistas antes inimagináveis e se assim prosseguir é capaz de ser alcançado o fim da violência contra mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane. As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania. **R. bras. Est. Pedag., Brasília**, v.81, n.197, p. 5 – 13, jan./abr. 2000.
<http://www.rpeb.inep.gov.br/index.php/rpeb/article/view/947> Acesso em: 07 abr. 2019.

ALVES, Branca M.; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Porto Alegre, RS: Abril cultural/Brasiliense, 1985.

CUNHA, Washington D. S.; SILVA, Rosemaria J. V. A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. **R. Gênero**, v. 11, n. 1, p. 97 – 106, 2. sem. 2010.

<http://www.revistagenero.uff.br/inde.php/revistagenero/article/download/62/40> Acesso em: 14 abr. 2019.

DEVIDE, Fabiano Pries *et al.* Estudos de gênero na Educação Física Brasileira. Rio Claro, Motriz, v.17 n.1, 2011, p. 93-103.

GRUPO DE TRABALHO DE POLÍTICAS DE CLASSE, QUESTÕES ÉTNICORRACIAIS GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL. **Contra todas as formas de assédio, em defesa dos direitos das mulheres, das/os indígenas, das/os negras/os, e das/os LGBT.** 2ª ed. Brasília – DF: Andes, 2017.

MIRANDA, Glaura V. Educação da mulher e participação na força de trabalho no contexto do desenvolvimento econômico capitalista *in*: LEVIN, Henry M. *et al.* Educação e desigualdade no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984. p. 205 – 229.